

SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - DF

Estudo Técnico Preliminar 35/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08280.011520/2025-17

2. Descrição da necessidade

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal – SR/PF/DF necessita contratar empresa especializada na prestação de serviços de copeiragem com dedicação exclusiva de mão de obra, para atendimento contínuo às atividades desenvolvidas nas dependências da **SR/DF** e da **Diretoria de Tecnologia da Informação e Inovação – DTI/PF**.

A contratação tem como objetivo assegurar o suporte operacional necessário ao funcionamento dos setores administrativos e operacionais das unidades envolvidas, incluindo a preparação, organização e distribuição de bebidas e insumos (como café, água, chá), atendimento a autoridades e servidores em reuniões e eventos institucionais, bem como a conservação e higienização dos utensílios e ambientes de copa.

O serviço de copeiragem é essencial para o adequado funcionamento das atividades institucionais, considerando o fluxo constante de reuniões, eventos oficiais e atendimento a autoridades internas e externas. Além disso, determinadas atividades exigem a presença contínua de profissionais capacitados para o preparo e distribuição de bebidas, além da organização e limpeza das copas e áreas de apoio.

A contratação se justifica, ainda, pela ausência de servidores públicos no quadro da Polícia Federal para execução direta dessas atividades, o que inviabiliza o atendimento da demanda por meios próprios. Assim, opta-se pela terceirização do serviço, nos termos da legislação vigente, em especial a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5 /2017 e a Lei nº 14.133/2021.

A prestação dos serviços será realizada em postos localizados nos diversos setores da SR/DF e da DTI/PF, incl áreas com e sem adicional de periculosidade, a depender da atividade e do ambiente de atuação do profissional.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SR/PF/DF	ROBERTO PERES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação serão melhor detalhados no Termo de Referência e no Edital.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado para definição do valor estimado da contratação foi realizado com base na elaboração de **planilha de custos e formação de preços** estruturada conforme o modelo do Anexo VII-D da **Instrução Normativa**

a) Fontes utilizadas:

- **Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 – DF** (nº DF000042/2025), que fixa o salário-base da categoria da função de copeira em **R\$ 1.743,69**;
- **Banco de Preços da Administração Pública (www.bancodeprecos.com.br)** – utilizado para obtenção de preços médios de uniformes e insumos, com coleta realizada em **setembro de 2025**;
- **Composição de encargos sociais e trabalhistas** com base na legislação vigente e parâmetros definidos na IN nº 5/2017;
- **Cotações formais anexadas aos autos**, reunidas em documentos próprios de apoio à formação dos preços dos insumos.

b) Metodologia aplicada:

A planilha de custos contempla os seguintes módulos:

1. **Remuneração base** (salário, benefícios e adicionais);
2. **Encargos sociais e trabalhistas** (INSS, FGTS, férias, 13º salário, etc.);
3. **Provisões rescisórias** (aviso prévio, multa FGTS, etc.);
4. **Reposição da força de trabalho** (faltas legais, ausências, afastamentos);
5. **Insumos e uniformes** (baseados em cotações reais e consumo médio estimado);
6. **Custos indiretos, tributos e lucro** (percentuais usuais de mercado, conforme referência da SR/DF).

6. Descrição da solução como um todo

A solução definida pela Administração para atendimento à necessidade institucional consiste na **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de copeiragem com dedicação exclusiva de mão de obra**, a serem executados de forma **contínua**, nas dependências da Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal – SR/DF e da Diretoria de Tecnologia da Informação e Inovação – DTI/PF.

A escolha pela **terceirização do serviço**, sob o regime de execução indireta com alocação de postos de trabalho, justifica-se pela ausência de servidores no quadro da Polícia Federal para execução direta dessas atividades, bem como pela natureza operacional e acessória da função de copeiragem. Trata-se de serviço de apoio essencial ao funcionamento diário das unidades administrativas e operacionais, mas que **não se confunde com as atividades finalísticas da instituição**.

A modelagem adotada está em conformidade com o art. 10, §7º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que admite a terceirização com dedicação exclusiva para serviços contínuos, especialmente nos casos em que se exige presença constante de profissionais, substituição imediata em caso de ausência e fornecimento de materiais e uniformes.

A execução dos serviços será acompanhada por equipe de fiscalização designada, com base nas disposições contratuais e nos critérios de desempenho e qualidade estabelecidos no Termo de Referência. Espera-se, com isso, assegurar a manutenção da rotina institucional e o adequado atendimento às autoridades, servidores e visitantes, de forma eficiente, cordial e padronizada.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa de quantidades foi elaborada com base na **demanda atual da Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal – SR/DF** e da **Diretoria de Tecnologia da Informação e Inovação – DTI/PF**, considerando os contratos anteriores, o volume de atividades institucionais, as rotinas de atendimento a autoridades e o funcionamento das copas em períodos regulares.

Com base na experiência administrativa, verificou-se a necessidade de manutenção dos seguintes postos de trabalho:

- **Postos de copeiragem sem periculosidade:** 1
- **Postos de copeiragem com periculosidade:** 6
- **Total de postos estimados:** 7

A definição da quantidade de postos por tipo considerou a **natureza das atividades exercidas em cada local**, sendo que os postos com periculosidade se referem às unidades em que há risco potencial identificado.

A alocação final dos postos será detalhada no Termo de Referência, considerando a **distribuição por setor/unidade**, os turnos de funcionamento e as especificidades operacionais de cada área.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.088.969,04

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base na **Planilha de Custos e Formação de Preços**, estruturada segundo o modelo da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017, e nas diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e da Lei nº 14.133/2021.

Tipo de Posto	Qtde	Valor Mensal Unit.	Valor Mensal Total	Valor Anual Total
Com periculosidade	6	R\$ 13.132,89	R\$ 78.797,34	R\$ 945.568,08
Sem periculosidade	1	R\$ 11.950,08	R\$11.950,08	R\$ 143.400,96
Total Estimado	—		R\$ 90.747,42	R\$ 1.088.969,04

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve avaliar a possibilidade de parcelamento do objeto como forma de ampliar a competitividade e buscar a proposta mais vantajosa para o interesse público.

No presente caso, **não se recomenda o parcelamento da solução**, considerando as seguintes justificativas:

- A prestação do serviço de copeiragem será realizada de forma padronizada, contínua e homogênea, sob os mesmos critérios técnicos e administrativos;
- A divisão por lotes ou unidades contratantes (SR/DF e DTI/PF) comprometeria a racionalidade operacional, a uniformidade na gestão do contrato e a economicidade do certame;
- A contratação unificada viabiliza ganhos de escala, maior eficiência na alocação de recursos e padronização dos procedimentos de supervisão e fiscalização;
- O objeto trata de serviços com **dedicação exclusiva de mão de obra**, cuja execução depende da **responsabilidade solidária da contratada** sobre todos os encargos trabalhistas, previdenciários e operacionais, dificultando o controle se fracionado entre múltiplos fornecedores.

Dessa forma, a **solução será contratada em lote único**, de modo a garantir melhor gerenciamento, redução de custos administrativos e uniformidade na execução contratual.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No caso em tela não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes, ou seja, os serviços em comento serão contratados de forma independente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação do serviço de copeiragem encontra-se devidamente alinhada com o **Planejamento Institucional da Polícia Federal**, em especial com o princípio da **eficiência na gestão administrativa** e a necessidade de garantir **suporte operacional adequado às unidades finalísticas e administrativas**.

O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual (200338-48/2025)** da Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal – SR/DF, de acordo com o disposto na Instrução Normativa SEGES /ME nº 1/2019, o que demonstra o atendimento ao ciclo de planejamento da contratação pública.

Trata-se de serviço essencial e continuado, cujo fornecimento visa assegurar as condições materiais mínimas para o funcionamento regular das unidades da Polícia Federal, contribuindo para a continuidade das atividades institucionais, especialmente no que se refere ao apoio a reuniões, atendimento a autoridades e servidores, bem como à manutenção das rotinas operacionais internas.

Assim, a contratação está **em conformidade com os instrumentos de planejamento estratégico, tático e operacional da Administração**, reforçando o alinhamento entre a demanda e os objetivos institucionais.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação dos serviços de copeiragem trará diversos benefícios à Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal – SR/DF e à Diretoria de Tecnologia da Informação e Inovação – DTI/PF, destacando-se:

- Apoio logístico eficiente para a realização de reuniões, eventos institucionais e atividades administrativas, garantindo a adequada recepção de autoridades, servidores e visitantes;
- Continuidade dos serviços de suporte operacional, fundamentais ao funcionamento rotineiro das unidades organizacionais;
- Desoneração da estrutura administrativa quanto à gestão direta de recursos humanos e insumos relacionados à atividade de copa;
- Padronização e profissionalização da execução do serviço, com melhoria na apresentação, atendimento e conservação dos ambientes de apoio;
- Otimização de recursos públicos, mediante contratação com base em preços praticados no mercado e consolidados em planilha técnica fundamentada;
- Redução de riscos trabalhistas e operacionais, por meio da alocação de empresa contratada responsável pela gestão da mão de obra e fornecimento dos materiais.

A contratação contribui, ainda, para o alcance dos objetivos estratégicos da Polícia Federal, ao garantir ambiente institucional adequado, funcional e eficiente, em conformidade com os princípios da Administração Pública e com os preceitos da Nova Lei de Licitações.

13. Providências a serem Adotadas

Concluído o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), deverão ser adotadas as seguintes providências, em conformidade com os arts. 17 a 21 da **Lei nº 14.133/2021** e com o fluxo estabelecido no âmbito da Administração Pública Federal:

1. **Elaboração do Termo de Referência**, com base nas informações consolidadas neste ETP, incluindo as especificações técnicas, critérios de medição e pagamento, exigências de qualificação técnica e obrigações da contratada;
2. **Análise de Riscos**, a ser realizada nos moldes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 5/2022, identificando os principais eventos que possam comprometer a contratação e as respectivas estratégias de tratamento;
3. **Manifestação Jurídica**, por meio de envio da minuta do edital e seus anexos à Assessoria Jurídica competente, para verificação da conformidade legal dos instrumentos convocatórios;
4. **Inclusão no Plano Anual de Contratações (PCA)**, caso ainda não tenha sido registrado ou esteja pendente de adequação no sistema;
5. **Deflagração do processo licitatório**, observando-se o modelo definido (pregão eletrônico, concorrência eletrônica, etc.), nos termos do art. 28 da Lei nº 14.133/2021;
6. **Designação da Equipe de Fiscalização**, conforme previsto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, antes da assinatura do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação do serviço de copeiragem não acarreta, em princípio, **impactos ambientais significativos diretos**, tendo em vista tratar-se de prestação de serviço com foco em atividades operacionais de apoio, sem geração relevante de resíduos perigosos ou consumo excessivo de recursos naturais.

Entretanto, considerando o compromisso institucional com a sustentabilidade e o disposto no art. 20, inciso III, da **Lei nº 14.133/2021**, serão observadas as seguintes **boas práticas ambientais** no processo de contratação:

- **Priorização de insumos com menor impacto ambiental**, como copos e guardanapos recicláveis, detergentes biodegradáveis e itens com selo de certificação ambiental;
- **Redução do uso de plásticos descartáveis**, sempre que possível, substituindo-os por materiais sustentáveis;
- **Uso racional de recursos**, como água e energia, nos ambientes de copa, incentivando a atuação consciente dos colaboradores;
- Inclusão de cláusulas contratuais que orientem a **adoção de práticas ambientalmente responsáveis pela contratada**, conforme diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e da IN SEGES nº 10/2012.

Não há exigência de **licenciamento ambiental específico** para a execução do serviço, tampouco previsão de passivos ambientais decorrentes da contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O presente processo foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº05/2017 – Secretaria de Recursos Logísticos e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e Nova Lei de Licitações 14.133/2021, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da aquisição.

A licitação atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos. Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a aquisição proposta.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JESSICA MEDEIROS UAQUI CRAVEIRO

Equipe de apoio